



Plenário se mobiliza para apoiar combate à corrupção

Senadores de diversos partidos discursam para assegurar sustentação política à presidente Dilma Rousseff na tomada de medidas de combate à corrupção no governo federal. Oposição ainda quer CPI, descartada por Jucá

Mais de 20 senadores fizeram ontem discursos destinados a fortalecer politicamente a presidente Dilma Rousseff em suas medidas para combater a corrupção no governo federal. Lançada por Pedro Simon, a mobilização suprapartidária quer agora se estender a entidades como OAB, CNBB, ABI e UNE. O líder do governo no Senado, Romero Jucá, agradeceu o apoio a Dilma, mas descartou uma CPI, novamente pedida pela oposição. **4 e 5**



José Pimentel (E), Ana Amélia, Mozarildo Cavalcanti, Randolfe Rodrigues, Pedro Simon, Pedro Taques e Jorge Viana foram alguns dos senadores que discursaram ontem em defesa da moralização pública

Waldemir Barreto/Senado Federal

Aviso prévio proporcional gera polêmica em subcomissão

A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego debateu propostas de regulamentação de direito constitu-

cional. Representantes de empresários temem aumento de custos. **7**



Senador Paulo Paim (2º à esq.) é autor de um dos projetos em exame

Lio de Paula/Senado Federal

Aldo Rebelo debate Código Florestal com senadores hoje **6**

Comissão analisa adoção de concurso público para estágio **6**

Senador quer apuração rigorosa de morte de juíza **2**



Marcílio Marques Moreira fala na CRE, presidida por Fernando Collor (C)

Ex-ministro da Fazenda alerta: Brasil deve ficar atento à crise

Recomendação foi feita pelo embaixador Marcílio Marques Moreira em audiência pública

na CRE, integrante de um ciclo de debates sobre os rumos da política externa brasileira. **3**

Ana Volpex/Senado Federal

Saúde fiscal e monetária do país vai bem, dizem técnicos

Subcomissão ouve de autoridades fiscais e monetárias avaliações positivas sobre desempenho do país, resultante do aumento da renda. **3**



Senador Francisco Dornelles (C), entre os convidados da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal

Ana Volpex/Senado Federal

Corretores de imóveis pedem inclusão no Simples

Pedido, feito ontem por representantes da categoria durante homenagem no Plenário, poderá ser atendido por emenda a projeto de lei, segundo o senador Gim Argello. **2**

Gim Argello, que presidiu parte da sessão especial em homenagem à categoria, disse que o benefício pode ser viabilizado por emenda a projeto que será votado hoje na CAE



Senador Gim Argello (4º à esq.) entre representantes de entidades do setor: mercado com grande potencial de crescimento

Corretores de imóveis podem ser incluídos no Simples

A INCLUSÃO DOS corretores de imóveis no Simples Nacional, sistema de arrecadação simplificada de impostos federais, poderá ser viabilizada por emenda a projeto de lei do Senado (PLS 90/10) que consta como primeiro item na pauta de votações de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O anúncio foi feito ontem por Gim Argello (PTB-DF), que presidiu parte da sessão especial em homenagem aos corretores de imóveis.

Autor do requerimento para realização da sessão especial, o senador afirmou que, se por algum motivo não for possível fazer a alteração no PLS 90/10, o benefício para a categoria será tentado em emenda ao projeto

de lei que amplia os limites de enquadramento de empresas no Simples, enviado pela presidente Dilma Rousseff.

O PLS 90/10, apresentado por Fernando Collor (PTB-AL), inclui os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Simples. Emenda apresentada ao projeto e acatada pelo relator na CAE, Cyro Miranda (PSDB-GO), abre a possibilidade de inclusão da corretagem de imóveis no Simples Nacional.

A reivindicação do benefício fiscal aos corretores foi um dos pontos da sessão especial de ontem, aberta por Wilson Santiago (PMDB-PB).

José Pimentel (PT-CE) disse que o Congresso Nacional tem

uma dívida com esses profissionais, que é incluir a categoria no Simples Nacional.

Em 2008, quando coordenou na Câmara dos Deputados a segunda alteração na Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa, o parlamentar conseguiu beneficiar uma série de setores que ainda estavam excluídos do sistema simplificado de arrecadação.

– Assumimos ali um compromisso de que, na próxima alteração que houvesse na Lei Geral, iríamos discutir a inclusão de outros setores, com um olhar especial para dois segmentos: os corretores de imóveis e os representantes comerciais, até porque esses segmentos são muito próximos.

Maioria dos profissionais já tem curso superior

Ana Amélia (PP-RS) citou estudo do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, segundo o qual 52% dos profissionais têm curso superior, e as formações mais recorrentes são Direito, Administração e Engenharia. Segundo a senadora, o curso superior de Negócios Imobiliários é uma das bandeiras da entidade para elevar a qualificação de seus profissionais.

O presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci), João Teodoro da Silva, afirmou que dados mais recentes indicam que os profissionais com cursos superiores já representam 64%. Teodoro apontou também crescimento da participação feminina, que hoje chega a 34%, contra 8,3% em 1995.

“Refúgio seguro” em tempo de crise econômica

Gim Argello afirmou que os corretores de imóveis têm papel importante neste momento de crise econômica mundial, uma vez que investidores procuram “refúgio seguro” no mercado imobiliário.

Por isso, na avaliação do senador, o potencial de crescimento do setor é grande. Hoje, o mercado imobiliário representa apenas 5% do produto interno bruto (PIB), contra 60% nos Estados Unidos e 40% na Europa.

– Se dobrarmos todo esse movimento, para chegar a 10%, vamos precisar de muito trabalho, de muitos corretores de imóveis, que realmente constroem a felicidade, principalmente dos mais humildes, em busca da casa própria.

Suplicy pede apuração rigorosa da morte de juíza



Suplicy: envio de condolências à família e à população do estado

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem em Plenário requerimento de voto de pesar pela morte da juíza Patrícia Acioli, que foi assassinada com 21 tiros na última sexta-feira, em Niterói (RJ). Ela era titular da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo. O senador também pediu o envio de condolências ao povo do Rio de Janeiro e à família da juíza.

O parlamentar lembrou a trajetória de Patrícia Acioli, dizendo que ela começou a carreira como defensora pública. Juíza há 20 anos, era conhecida por atuar de forma

rigorosa contra traficantes, bicheiros e integrantes de milícias, disse.

Suplicy cobrou apuração rigorosa e imediata do crime. – Tudo leva a crer que seja assassinato encomendado.

Pedro Simon (PMDB-RS) apoiou o requerimento e lamentou que a juíza não tivesse à sua disposição uma equipe de segurança na hora do crime.

– O mínimo que esta Casa pode fazer é manifestar solidariedade à família. A juíza vinha fazendo um trabalho extraordinário – afirmou Simon.

Votações devem começar com a PEC das Medidas Provisórias

Hoje pode chegar ao fim o debate sobre tramitação das medidas provisórias (MP) no Congresso. O presidente do Senado, José Sarney, prometeu abrir a votação dando prioridade à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11.

A análise foi adiada quarta-feira por falta de quórum, mas tem acordo entre os partidos. As lideranças dispensaram o

interstício de cinco sessões de discussão previstas na Constituição para votação do Plenário.

O segundo item da pauta deverá ser o projeto de lei da Câmara (PLC 116/10) que abre o mercado de TV a cabo às empresas de telecomunicações, como as operadoras de telefonia, e introduz um sistema de cotas para a produção audiovisual regional e nacional.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Ampliação do Simples Nacional

14h Na hora do expediente, homenagem ao município cearense de Juazeiro do Norte, pelo centenário de sua emancipação. Entre as matérias da pauta da sessão deliberativa, projeto (PLS 467/08 Complementar) que inclui mais 13 áreas no sistema simplificado de pagamento de impostos – Simples Nacional.

Presidência Solenidade no Palácio do Planalto

11h José Sarney participa de cerimônia de anúncio da expansão da Rede Federal de Educação Superior Profissional e Tecnológica, no Palácio do Planalto. Às 16h, preside a ordem do dia.

CMA/CRA/CCT Código Florestal

8h30 O deputado Aldo Rebelo fala sobre o projeto do novo Código Florestal em audiência conjunta das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Agricultura e Reforma Agrária; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

CI Explicações do ministro dos Transportes

9h O ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, presta esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades no ministério, veiculadas pela imprensa, à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Amazônia Desenvolvimento na faixa de fronteira

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira debate com o gerente do Programa Calha Norte, Roberto Medeiros Dantas, entre outros convidados, o tema “Desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteira”.

Drogas Votação de requerimentos

9h A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros se encontra para exame de requerimentos.

CAE Isenção de IR para doente grave

10h Projeto que isenta de Imposto de Renda o servidor licenciado para tratamento de doenças graves consta da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos. A comissão também pode votar a inclusão de escritórios de engenharia e arquitetura no sistema simplificado de pagamento de impostos (Simples).

CE Estágio no serviço público

11h Na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, projeto que regulamenta o ingresso de estagiários na administração pública.

CPI do Ecad Depoimentos

13h A Comissão Parlamentar de Inquérito do Ecad ouve, entre outros, o cantor e ex-deputado federal Frank Aguiar e o representante da Associação de Intérpretes e Músicos, Marcel Godoy.

CDR Plano diretor municipal

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo vota projeto que altera o Estatuto da Cidade para dispor sobre a obrigatoriedade de elaboração de plano diretor dos municípios com áreas de risco situadas em seu território.

CMO Créditos suplementares

14h30 A Comissão Mista de Orçamento vota projetos que autorizam créditos para ministérios.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Marcílio Marques Moreira e professores debatem no Senado espaços econômicos internacionais – Nafta e UE – e áreas de influência de China e Japão

“País deve ficar antenado à crise internacional”

O BRASIL PRECISA ficar “antenado” ao andamento da crise econômica internacional, recomendou ontem o embaixador Marcílio Marques Moreira, ex-ministro da Fazenda, durante audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). E deve ainda, na opinião do professor Renato Flores, da Fundação Getúlio Vargas, posicionar a sua economia de forma inovadora e inteligente, para reagir a uma crise que promete ser duradoura.

As recomendações foram apresentadas durante o painel “Espaços econômicos internacionais – Nafta, União Europeia e áreas de influência da China e do Japão”, promovido pela comissão como parte do ciclo de debates sobre os rumos da política externa brasileira 2011-2012.

Os desequilíbrios mundiais, como observou o ex-ministro, aprofundaram-se a partir do momento em que a China tornou-se a “fábrica do mundo” e os Estados Unidos adotaram a postura de um “supermercado global”. Ele recordou que apenas a rede de supermercados Walmart comprava da China, há cinco anos, US\$ 15 bilhões anuais. As dívidas dos cartões de crédito dos americanos, alertou, passaram a ser “a metáfora do consumo sem limites”, que levou ao endividamento e à crise de 2008.

Em sua opinião, o Brasil precisa estar atento ao “jogo que estamos jogando e como devemos jogá-lo”. Ele alertou que “luzes amarelas” a respeito do Brasil já começam a ser vistas em várias partes do mundo, especialmente sobre a prioridade brasileira ao consumo, em detrimento do investimento.

– Pouparamos e investimos pouco. Estamos nos condenando a ter um déficit de conta-corrente. Consumir é se preocupar com o presente, investir é pensar no futuro. Estamos perdendo a visão do futuro – alertou.

Jogo de cintura

No final dos anos 80, recordou Flores, havia um sentimento de euforia em relação aos movimentos de integração na economia mundial, inspirados no modelo europeu. Depois disso, ocorreram a ascensão da China e fortes turbulências econômicas. No começo da atual década, observou o professor, o modelo europeu “está ruindo” e deve haver mais flexibilidade na integração econômica, no momento em que crescem as incertezas globais.

– Estamos vivendo uma crise de todo o sistema. E a crise vai continuar. Os Estados Unidos vão lentamente afundar, enquanto a China sabe que ganha a guerra quem se posiciona melhor. Estamos entrando em uma era de caos hobbesiano. E o que temos que fazer no Brasil? Temos de nos preparar para navegar nessa situação, ter uma estratégia industrial e muito jogo de cintura – recomendou.



Na audiência pública da CRE, Edmilson de Jesus Costa Filho, Marcílio Marques Moreira, senador Fernando Collor, Marta dos Reis Castilho e Renato Flores

Foto: de Ana Volpê/Senado Federal

Ásia mostra que crise pode gerar oportunidades e ameaças ao Brasil

A crescente importância da China também foi ressaltada pelo professor Edmilson de Jesus Costa Filho, da União Educacional de Brasília. Ele observou que, nesse momento de crise econômica, as atenções estão cada vez mais voltadas às decisões tomadas em Pequim.

– Ao que parece, a China é que vai salvar o mundo – disse.

Ao ressaltar igualmente a crescente importância da Ásia, a professora Marta dos Reis Castilho, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lembrou o

alto grau de integração produtiva entre os países da região em relação ao resto do mundo. A atual crise, afirmou, traz “oportunidades e ameaças” para o Brasil. O país pode “ser ator de cadeias produtivas globais”, mas precisa definir de que etapa vai participar. A professora defendeu o incentivo a setores com mais tecnologia e considerou fundamental a integração com

Professora da UFRJ diz que país pode participar das cadeias globais de produção

a Coreia do Sul, que “saiu destrocada de uma guerra e hoje detém o maior número de doutores *per capita* do mundo”.

Segundo o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), todos passa-

ram a “dormir mais tranquilos”

após o acordo entre os partidos políticos, no Congresso dos Estados Unidos, para evitar o calote da dívida americana. Mesmo assim, ele alertou para o que chamou de “exaustão do sistema inteiro criado ainda no século 18, com a revolução industrial”.

Por sua vez, a senadora Ana Amélia (PP-RS) manifestou preocupação com a insegurança gerada pela concentração de 80% da importação de trigo brasileira em um só país – a Argentina.

Técnicos dizem que situação fiscal do 1º semestre foi muito boa

A Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal ouviu ontem de autoridades fiscais e monetárias uma análise favorável dos números da economia brasileira no primeiro semestre deste ano. O balanço de pagamentos, a arrecadação tributária e a balança comercial mostraram resultados positivos, decorrentes do aumento da renda nacional, especialmente em comparação com semestres anteriores, prejudicados pelas medidas de ajuste fiscal em resposta à crise mundial de 2008.

Fernando Alberto Sampaio Rocha, chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, chamou a atenção para a redução do endividamento privado de curto prazo, o que levou essa dívida para um perfil mais sustentável, e para o movimento de filiais de empresas que emprestam dinheiro à matriz no Brasil.

Na arrecadação de tributos, Raimundo Eloi de Carvalho, coordenador de Previsão e Análise da Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal, salientou o



Francisco Dornelles (E), ao lado de Raimundo Eloi de Carvalho e Fernando Alberto Rocha: economia do país está robusta

aumento de receita tributária no primeiro semestre, correspondente ao aumento de renda. Como decorrência da valorização do real, os índices da Receita apontam um crescimento de 29% do valor em dólar das importações do Brasil, o que se refletiu em aumento de imposto de importação.

Cleber Ubiratan de Oliveira, subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, assinou o cumprimento das metas fiscais diante da evolução dos

gastos de custeio. A boa arrecadação, segundo Ubiratan, tem trazido resultados fiscais cada vez mais expressivos, o que traz a esperança de redução do déficit da Previdência e o alcance das metas estabelecidas sem que seja necessário abater despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O quarto debatedor de ontem, Felipe Hees, diretor de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

ressaltou o aumento das investigações contra *dumping* e subsídios, que põem o Brasil no quinto lugar na abertura de processos na Organização Mundial do Comércio (OMC). Hees destacou como novidade no governo Dilma Rousseff a investigação contra *circunvenção* (burla ao direito *antidumping* vigente).

A subcomissão, subordinada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), é presidida pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Cristovam: presidente precisa ouvir sugestões de senadores

Cristovam Buarque (PDT-DF) se associou às manifestações de apoio à presidente Dilma Rousseff. Segundo ele, o governo passa por uma crise moral que deve transformar-se em oportunidade de mudanças.

— As crises são positivas quando despertamos e sabemos como enfrentá-las. Falta despertar, porque como enfrentá-las, nós já sabemos — afirmou.

Cristovam aconselhou a presidente a ouvir os parlamentares que não têm interesse em fazer indicações no governo.

O pronunciamento teve apportes de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Ricardo Ferraço (PMDB-ES),



As crises são positivas quando se sabe enfrentá-las, disse Cristovam Buarque. Jorge Viana (PT-AC) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que também manifestaram apoio. Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou que a oposição não teve intenção de inviabilizar o governo.

Viana: combate, sim, à corrupção, mas sem abusos

Embora sem ter certeza de que a Polícia Federal tenha cometido abusos ao prender 38 pessoas, Jorge Viana (PT-AC) afirmou ontem que a PF, o Ministério Público Federal e a Procuradoria-Geral da República devem ser subordinados ao ordenamento jurídico. O senador apoiou as medidas de combate à corrupção, mas observou que isso não pode ser feito com abusos.

— Que ninguém cometa, se é que foi cometido, abuso. É preferível sofrer injustiça do que cometer uma injustiça



Para Jorge Viana, é preferível sofrer injustiça do que cometer uma injustiça

meter uma injustiça. Essa mistura é muito perigosa. A Polícia Federal, o Ministério Público Federal são instrumentos poderosos, mas têm que estar subordinados a um aparato jurídico que a Câmara e o Senado têm condições de implementar — disse.

Ana Amélia aprova, mas reafirma a sua independência política

Ao manifestar apoio às medidas anticorrupção do governo de Dilma Rousseff, Ana Amélia (PP-RS) reafirmou sua independência política, explicando que o apoio nessa questão não significa “alinhamento automático” ao governo, apesar de seu partido, o PP, fazer parte da base.

Segundo a senadora, a sociedade está aplaudindo a chamada faxina nos ministérios atingidos por denúncias. A parlamentar contou que tem recebido muitas manifestações populares em apoio às ações que buscam a moralidade.

— É isto que a sociedade espera de todos nós: o compromisso em mitigar e, se possível, acabar com a corrupção no país — afirmou Ana Amélia, marcando posição contrária a qualquer



Ana Amélia cobra redução de cargos comissionados e fim do fisiologismo

A senadora disse esperar que Dilma Rousseff melhore a forma de relacionamento com o Congresso e cobrou a redução no número de cargos comissionados e o fim do fisiologismo.

Suplicy se solidariza com Dilma Rousseff e Pedro Simon

Eduardo Suplicy (PT-SP) fez questão de registrar seu apoio às medidas de combate à corrupção da presidente Dilma Rousseff e sua solidariedade à proposta do senador Pedro Simon.

— Quero me solidarizar com a presidente Dilma nessa cruzada contra a corrupção e apoiar todas as ações nesse sentido.

Suplicy leu artigo do cientista político Alexandre Pereira Rocha, publicado no jornal *O Globo* de domingo, segundo o

qual “o combate à corrupção é parte fundamental do processo de consolidação do regime democrático”.

O senador citou o documento *A Responsabilidade Social das Empresas no Combate à Corrupção*, elaborado pela Controladoria-Geral da União, pelo Instituto Ethos e pelo grupo de trabalho do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção. Ele sugeriu um convite aos autores do trabalho para tratar do assunto no Senado.

Maratona de mais de 20 discursos contra a corrupção dominou a sessão de ontem, destinada a incentivar a presidente a seguir com a “faxina ética” no Poder Executivo. Autor da ideia, senador gaúcho quer também buscar apoio em entidades como OAB, ABI, UNE e CNBB

Simon encabeça movimento de apoio a Dilma e por medidas moralizadoras

PRIMEIRO ORADOR DA sessão não deliberativa de ontem, Pedro Simon (PMDB-RS) iniciou um movimento de suporte político à presidente Dilma Rousseff em suas ações de combate à corrupção no governo, no que chamou de “segunda-feira chã”.

— Será o início de uma nova caminhada, singela, mas tão importante ou mais que as outras — disse o senador, lembrando as campanhas pelas Diretas Já e pela Assembleia Nacional Constituinte.

A ideia do grupo de senadores que prestaram solidariedade a Dilma é garantir que a presidente tenha apoio no Congresso Nacional, dadas as notícias de que ela poderá enfrentar dificuldades para aprovar matérias de interesse do Executivo ou até mesmo ser surpreendida pela aprovação

de projetos que desagradam o governo, como o que instituiu o piso nacional para os policiais ou o que acaba com o fator previdenciário.

Simon disse, citando notícias publicadas pela imprensa, que haveria um movimento dos líderes partidários no Congresso para que estes últimos fossem

aprovados “como chantagem”, para limitar as ações da presidente.

— Faço um apelo ao meu partido e a todos os outros para que paremos para meditar. Este talvez seja um daqueles momentos importantes, de reunir a instituição, e analisar como podemos sair disso — declarou.

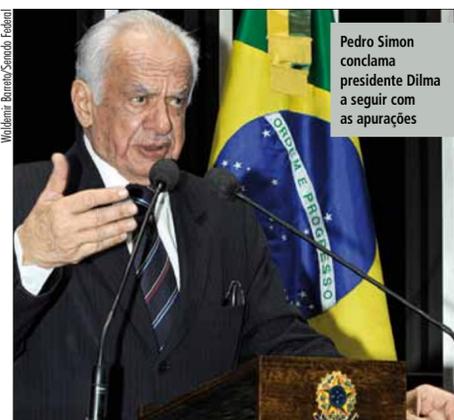
O senador também conclamou a presidente Dilma a dialogar, encontrar fórmulas para bem governar em conjunto com os parlamentares e a escolher nomes com capacidade técnica e biografia de honestidade para os cargos do Executivo.

Na opinião de Simon, as providências que a presidente e os órgãos de controle vêm tomando, com demissões de envolvidos em escândalos de corrupção — incluindo o próprio chefe

da Casa Civil, Antonio Palocci, e funcionários dos ministérios dos Transportes e Agricultura —, devem continuar.

Simon também criticou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por compor o seu governo “com muito PT e poucos partidos da base” e alertou que “o PT também deve ser investigado”. O parlamentar lembrou ainda que os ex-presidentes Fernando Henrique e Lula não demitiram nenhum acusado de corrupção em suas gestões, o que Dilma fez logo no início do governo.

— Presidente, apure o que deve ser apurado, não há nenhuma chantagem em cima da senhora para parar o que está fazendo. Continue, com grandeza, responsabilidade, seriedade, magnitude, espírito republicano, mas continue — disse.



Pedro Simon conclama presidente Dilma a seguir com as apurações

Humberto pede apoio às medidas de austeridade

O líder do PT, Humberto Costa (PE), conclamou o Congresso a apoiar Dilma Rousseff não apenas em sua faxina no governo, como fizeram os demais senadores, mas em suas medidas de austeridade e sobriedade para blindar o Brasil da crise financeira mundial. O senador afirmou que se associa aos colegas na campanha pela ética, mas considera que o combate à corrupção é tão somente uma “obrigação do gestor público”.

— Precisamos ter um olhar mais largo. A ação do governo só obterá sucesso em manter essa trincheira contra a crise econômica mundial se puder contar com nosso esforço sincero naquilo que é mais essencial nesse momento: evitar o aumento do gasto público, especialmente nas atividades de custeio — explicou o senador.



Alvaro diz que CPI só vai ajudar “faxina ética”

Na opinião de Alvaro Dias (PSDB-PR), os parlamentares devem captar as reais aspirações da sociedade, refletindo-as em ações que vão além da retórica ou da vontade política, no que se refere aos mais recentes escândalos de desvios de recursos envolvendo integrantes do governo. Para isso, na opinião do senador, do dos passos é a instalação de comissões parlamentares de inquérito destinadas a investigar os focos de corrupção identificados.

— A indignação que toma conta do país exige muito mais que palavras. Se não agirmos dessa forma, seremos atropelados pela opinião pública — avaliou Alvaro Dias, que conclamou os parlamentares que prestaram apoio à presidente Dilma Rousseff a colaborar efetivamente e assinar a proposta de comissão parlamentar de inquérito.



Jucá reitera que tudo já está sendo investigado

O líder Romero Jucá (PMDB-RR) agradeceu, em nome do governo Dilma Rousseff, o apoio de senadores de vários partidos às medidas anticorrupção.

— Quero aqui reafirmar a posição do governo de não só combater a corrupção, mas de investigar cada fato, cada denúncia, cada posição que for colocada — disse o senador.

Jucá, porém, manifestou-se contrário à insistência na criação de uma CPI para investigar denúncias de desvios de dinheiro público em vários ministérios.

— Há uma cruzada pelo país de combate à corrupção acima de cor partidária. Discordo da necessidade de CPI. Tenho esse posicionamento porque o governo está investigando todos os fatos. O Ministério Público, a Polícia Federal estão investigando.



Taques quer projeto estratégico para o país

Pedro Taques (PDT-MT) manifestou solidariedade com a faxina que a presidente Dilma está fazendo em alguns de seus ministérios, onde funcionários públicos têm sido presos e afastados em virtude de denúncias de corrupção.

Para o senador, a corrupção mata, ao roubar o futuro das crianças. Taques defendeu a elaboração de um projeto estratégico para o país, que passa necessariamente pelo combate à corrupção. Ele disse que não adianta criar “200 mil programas” se o dinheiro será roubado e não alcançará a população.

Pedro Taques criticou parlamentares que trocam seu apoio ao governo por liberação de verbas ou nomeação de indicados para cargos públicos.

— Não quero cargos, não é essa a função de um senador. Não quero emendas de parlamentares, não sou despachante do Orçamento da União — afirmou.

Santiago: maioria é de homens sérios

Wilson Santiago (PMDB-PB) manifestou apoio à presidente Dilma Rousseff nas ações que ficaram conhecidas como faxina nos ministérios atingidos por denúncias de irregularidades.

Ele disse que é preciso reconhecer a iniciativa da presidente e bater palmas quando o governo pune ou demite um corrupto.

No entanto, o senador pediu cautela para que não sejam aplaudidos os exageros, fazendo referência a excessos que teriam sido cometidos em reportagens, nos discursos de congressistas ou nas operações da Polícia Federal.

— Não se pode dizer que a corrupção está generalizada. A maioria dos ministros e dos servidores públicos é feita de homens sérios — disse o parlamentar.



Rollemberg lembra a Lei da Transparência

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) parabenizou Pedro Simon pela manifestação de apoio e afirmou que o Congresso deu uma importante contribuição ao combate da corrupção ao aprovar a Lei da Transparência, proposta pelo então senador João Capiberibe, que obriga os três Poderes a publicarem na internet seus convênios e pagamentos, ampliando os instrumentos de controle social.

Rollemberg afirmou que o Congresso Nacional deve continuar a colaborar com o aperfeiçoamento dos sistemas de execução e fiscalização do Orçamento. O Parlamento, acrescentou o senador, deve agir tanto na prevenção quanto no controle social, sem esquecer de aumentar o rigor das punições, já que a impunidade serve de estímulo a novos casos.



Paim destaca as realizações sociais

Paulo Paim (PT-RS) observou que a presidente Dilma Rousseff foi eleita com 55 milhões de votos e a missão de dar continuidade a uma série de ações nos campos social, econômico e político, iniciada em 2003, com a posse de Lula.

— Temos hoje um país em franco desenvolvimento. Somos a sétima economia, a caminho de ser, nos próximos dez anos, a quinta potência do mundo. Isso não é pouca coisa — afirmou.

O senador lembrou que, nos últimos oito anos, foram gerados 16 milhões de novos postos de trabalho e que as atuais taxas de desemprego são praticamente as mais baixas da história do país no período pós-ditadura, sendo que, pela primeira vez, foram registrados mais trabalhadores formais que informais no mercado. Paim assinalou que a desigualdade de renda está no menor nível histórico.

Combate à corrupção é dever, diz Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) observou que enfrentar a corrupção é um dever de todo e qualquer governante. O senador afirmou que Dilma está apenas cumprindo seu dever ao enfrentar a corrupção e respeitando o juramento feito no Congresso Nacional na posse.

O senador fez questão de lembrar alguns dos princípios básicos da administração pública, como moralidade, legalidade, impessoalidade, eficiência, publicidade dos atos e transparência. Esses valores, assinalou o parlamentar, não são seguidos por muitos órgãos e agentes públicos. Mozarildo defendeu um movimento suprapartidário para dar suporte a Dilma no combate a irregularidades e crimes que envolvam recursos públicos.



Congresso e partidos têm culpa, avalia Ferraço

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que o Congresso tem perdido o protagonismo político, em razão da busca de uma noção de governabilidade que se banalizou e se deteriorou, promovendo uma espécie de terceirização do setor público para partidos políticos.

Na avaliação do senador, há um patrimonialismo desmedido, uma busca do poder a todo custo, que procura se legitimar em nome da governabilidade, em torno da necessidade de dar sustentação ao governo. Ele observou que esse arranjo político tem gerado prejuízo ao país, não apenas no descaminho e no desvio de recursos públicos, mas no desperdício e na ineficiência, pois sem qualificação técnica não há como alcançar resultados que a sociedade espera.



Financiamento público é saída, defende Pimentel

José Pimentel (PT-CE) defendeu o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais como um dos meios para combater a corrupção. O assunto deve ser analisado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Se não fizermos esse debate, estaremos faltando com a verdade com o povo brasileiro — declarou o senador. Para José Pimentel, o combate à corrupção já havia ganhado força no governo Lula, com o aumento no efetivo da Polícia Federal, no número de varas da Justiça Federal em todo o país e no trabalho efetivo do Ministério Público Federal, além da mudança de status da Controladoria-Geral da União.



Randolfe: roubo ameaça a democracia

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que combater a corrupção significa defender o Estado democrático de direito.

— A questão da corrupção não é um detalhe. É uma das mais dramáticas mazelas não somente do Brasil, mas também do mundo. Mas, em nosso país, lamentavelmente, a corrupção tomou ares de dramaticidade — avaliou.

Para o senador, a democracia estará em grave perigo quando a população deixar de acreditar nos parlamentares, no Ministério Público, na Polícia Federal e em outras instituições essenciais à República. — Estamos mandando uma mensagem à presidente Dilma: conte conosco. Faça a limpeza.



Para Braga, excessos da PF não justificam inação

Ao reforçar o apoio a Dilma, Eduardo Braga (PMDB-AM) alertou que possíveis excessos da Polícia Federal não podem servir como pretexto para falta de ações.

— Se houve excessos, que sejam corrigidos e não se repitam — disse.

O senador se referia ao uso de algemas e ao vazamento de fotos dos presos da Operação Voucher, que apura desvio de recursos no Ministério do Turismo. Grande parte dos presos era ligada ao PMDB. — Foi uma clara exacerbação do poder de polícia no ato de cumprimento de um mandado judicial — afirmou o senador, que garantiu que o PMDB não compactua com a corrupção e que não quer ser tratado de maneira diferente com relação aos demais partidos da base governista.



Dilma Rousseff discursa na posse do procurador-geral da República, Roberto Gurgel (D), acompanhada por Gleisi Hoffmann, Michel Temer e José Sarney

Suspeitos precisam ter dignidade preservada, afirma presidente

Ao participar da cerimônia de posse do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, reconduzido ao cargo, a presidente Dilma Rousseff disse que fará o que estiver ao seu alcance para coibir abusos, excessos e afrontas à dignidade de qualquer cidadão que venha a ser investigado.

— Onde o crime organizado atuar, vamos combater com firmeza, utilizando os

instrumentos de investigação e punição de que o governo dispõe — assinalou a presidente da República, no Palácio do Planalto.

Em seguida, ela acrescentou que seu governo “quer uma Justiça eficaz, mas sóbria e democrática, senhora da razão e incontestável em suas atitudes e providências.”

Dilma Rousseff falou ainda sobre a necessidade de garantir

tratamento digno aos investigados três dias após o vazamento das fotos de seis presos durante a Operação Voucher, que apura o desvio de recursos públicos destinados ao Ministério do Turismo por meio de emendas parlamentares. Nas fotos, os suspeitos aparecem sem camisa, segurando uma placa de identificação.

Na sexta-feira, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo,

pediu ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que apure o vazamento.

Empoado por Dilma, Roberto Gurgel disse que continuará trabalhando por um Ministério Público independente. O procurador-geral exerce a chefia do Ministério Público da União e do Ministério Público Federal, além de atuar como procurador-geral eleitoral. (Com Agência Brasil)

Senadores pretendem fazer mudanças no texto final recebido da Câmara em junho. Objetivo é chegar a um ponto de convergência entre governo, ruralistas e ambientalistas

Senado ouve hoje Aldo Rebelo sobre Código Florestal

O RELATOR NA Câmara dos Deputados do projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11), deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), debate hoje com o Senado a proposta aprovada pela Câmara no semestre passado. Rebelo participa de audiência pública conjunta promovida por três comissões do Senado: Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Meio Ambiente (CMA) e Ciência e Tecnologia (CCT).

O presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), pediu que o deputado fosse ouvido sozinho, a exemplo da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que também foi a única convidada em audiência pública sobre o Código Florestal no final de junho, promovida pelas três comissões. O texto de Aldo Rebelo tem o apoio dos produtores rurais e de outros setores da economia.

Esta será a segunda vez que o deputado comparece ao Senado para tratar da reforma do Código Florestal. A primeira foi no final de março, quando participou de uma audiência conjunta da CMA e da CRA. À época, os senadores antecipavam a discussão sobre o tema, uma vez que



Aldo Rebelo comparece pela segunda vez ao Senado para debater código

o projeto só chegou ao Senado no início de junho. No encontro, Rebelo apresentou aos senadores informações que colheu em audiências públicas e conversas que promoveu durante os meses de tramitação do projeto na Câmara.

O texto final apresentado por Aldo Rebelo foi aprovado na Câmara em maio com mudanças de última hora, por meio de emendas de Plenário apresentadas no dia da votação do projeto. O texto provocou polêmica e desagradou setores envolvidos na discussão. Entre as divergências, a decisão de

transferir da União para os estados a competência de legislar sobre a permissão para atividades agropecuárias em áreas de preservação ambiental e a anistia dos produtores rurais que desmataram suas reservas obrigatórias.

Decididos a fazer mudanças no projeto aprovado pelos deputados, os senadores argumentam que é preciso conciliar os pontos de vista do governo, de ruralistas e de ambientalistas, de modo a incentivar o manejo sustentável, não prejudicando a produção e garantindo a preservação ambiental.

Projeto exige seleção para estágio no serviço público

Nenhum órgão ou entidade da administração pública poderá contratar estagiários sem realizar prévia seleção pública por provas amplamente convocada por edital. O ingresso deverá ainda obedecer rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos, como determina projeto (PLS 17/11) de Marinor Brito (PSOL-PA) que deve ser examinado hoje pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A intenção é proteger os processos de escolha de estagiários da prática da indicação pessoal. Na justificativa da proposta, a senadora destaca que a impessoalidade e a publicidade estão entre os princípios constitucionais que devem ser seguidos pela administração pública. Para Marinor, isso vale para todas as atividades, inclusive a seleção de estagiários.

O relator, João Alberto Souza



Iniciativa de Marinor Brito deve ser votada hoje pela CE

(PMDB-MA), defende a aprovação da matéria. No relatório, ele afirma que o projeto é vantajoso do ponto de vista da educação "ao privilegiar o esforço individual e a meritocracia". Como observa, as indicações pessoais costumam beneficiar os detentores de maior capital

social e redes de contato na administração pública.

Pelo projeto, a seleção pública deve ser adotada pela administração pública direta, autarquias e fundações do Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive dos estados e dos municípios.

Muitos segmentos da administração pública já vêm adotando a seleção por provas como regra habitual para admissão de estagiários, a exemplo do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União. No entanto, ainda são comuns contratações permeadas por práticas clientelistas (em troca de votos) ou por nepotismo (favorecimento de parentes de dirigentes ou de servidores), conforme indicam denúncias na imprensa.

O projeto de Marinor seguirá depois para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

Crerios técnicos de segurança para áreas de ocupação urbana

Um dos oito itens na pauta de hoje da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) é a proposta para que planos diretores dos municípios se orientem por carta geotécnica, documento que estabelece, com critérios técnicos de segurança geológica, áreas passíveis de ocupação urbana.

O autor da proposta (PLS 116/11), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), explica que os últimos anos têm sido marcados pela repetição de graves acidentes de origem climática, com desmoronamentos de encostas e alagamento de vales e várzeas.

Outro projeto (PLS 213/11) determina que municípios com áreas de risco, como encostas de morros e várzeas de rios, elaborem e aprovem plano diretor de ordenamento territorial até 31 de dezembro de 2016. O autor, Lindbergh Farias (PT-RJ), observa que os pequenos municípios não estão obrigados a aprovar um plano diretor e que a Constituição atribui à União competência para "elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território", além de obrigar municípios com população superior a 20 mil habitantes a elaborarem plano diretor. O relator, Ciro Nogueira (PP-PI), afirma ainda haver amplas áreas do território nacional sem plano urbanístico, vulneráveis à ocupação predatória do solo.



Projeto de Renan Calheiros prioriza arranjos produtivos locais

Também está na pauta da CDR o projeto de lei (PLS 142/08) de autoria de Renan Calheiros (PMDB-AL) que dá prioridade aos arranjos produtivos locais (conjunto de empresas de uma mesma cadeia produtiva que atuam de forma articulada) nos financiamentos do BNDES com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Outro projeto (PLS 331/06), de autoria da então senadora Roseana Sarney, reduz ou dispensa a contrapartida financeira nas transferências voluntárias para programas habitacionais de município com população inferior a 25 mil habitantes nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste ou no sul ou noroeste do Rio Grande do Sul, bem como em outra área territorial equiparada a essas regiões.



Um simulador de voo será atração extra para os visitantes do Congresso Nacional nesta semana. Instalado no Salão Branco (Chapelaria) do Congresso Nacional, o simulador é uma reprodução do F-18 Super Hornet, da empresa americana Boeing, uma das interessadas em vender caças para a Força Aérea Brasileira. A atração, grátis e aberta ao público, ficará no Congresso até quinta-feira, data em que representantes da Boeing participarão de audiência pública sobre o processo de seleção do governo federal para compra de 36 aviões de combate, os caças FX-2. A audiência faz parte do ciclo de debates sobre a aquisição dos caças, promovido pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) para avaliar os aviões produzidos por suecos, americanos e franceses.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Pedro Taques • Pedro Simon

* Licenciados

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Marcio Maturana, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Temor de aumento de custos das contratações, com consequente redução nos postos de trabalho, é principal objeção dos representantes de empresas



Paulo Vinícius Silva (E), Lourenço do Prado, senador Paulo Paim e Moacyr Roberto Tesch: estabelecimento de regras pode permitir prazo maior do que os 30 dias atuais



Para o senador Ataídes Oliveira, iniciativa pode prejudicar as empresas

Regulamentação do aviso prévio é controvertida

A POSSÍVEL REGULAMENTAÇÃO do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço vem provocando controvérsias, como se pôde constatar na audiência pública realizada ontem pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

O senador Paulo Paim (PT-RS), por exemplo, defende a medida, enquanto o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que é empresário, considera que a iniciativa pode prejudicar as

empresas e, conseqüentemente, gerar desemprego.

O aviso prévio proporcional é um direito previsto na Constituição que até hoje não foi regulamentado. Ele permitiria um prazo maior que os 30 dias atuais, dependendo do tempo que o empregado passou na empresa – de acordo com a Constituição, o período de 30 dias é o mínimo a ser aceito para o aviso prévio.

Há vários projetos de lei no Congresso que tratam do as-

sunto. Um deles, o PLS 112/09, foi apresentado por Paulo Paim por sugestão da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). A proposta estabelece diferentes prazos conforme o período de contratação, que variam de 30 a 180 dias.

Outros mecanismos

Representante da diretoria jurídica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sylvania Lorena de Souza disse que a regulamen-

tação do aviso prévio proporcional é necessária, mas deve levar em conta que existem no país outros mecanismos de proteção para o trabalhador, como é o caso do seguro-desemprego, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da indenização compensatória em caso de demissão arbitrária – prevista no artigo 7º da Constituição. A mesma avaliação foi feita pelo assessor jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Cristiano Zaranza.

– Não somos contra a regulamentação. Mas é preciso pensar nos custos para as empresas se os prazos forem excessivos – declarou Cristiano.

Nessa mesma linha de raciocínio, Sylvania disse que “uma mudança drástica no aviso prévio pode trazer prejuízos para as empresas que geram empregos formais”. Ela também argumentou que o aviso prévio proporcional deveria ser tratado em negociações coletivas, “nas quais se pode observar melhor os interesses dos empregados e as peculiaridades de cada empresa ou setor”.

Em resposta a esses comentários, o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto de Figueiredo Caldas, assinalou que o aviso prévio proporcional “é um ônus para as empresas sim, mas um ônus decorrente de sua função social”.

Já o representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Paulo Vinícius Silva, ressaltou que “o aviso prévio desestimula a rotatividade no trabalho” – rotatividade que, segundo o juiz do Trabalho Germano Siqueira, “é uma técnica de supressão de direitos, que foi muito utilizada para, por exemplo, demitir funcionários e recontratá-los em seguida com salários reduzidos”.

– Hoje essa técnica é pouco usada, mas porque o Judiciário enfrentou o problema – afirmou Germano, que integra a diretoria da Anamatra.

Apesar das discordâncias, quase todos os debatedores afirmaram que o Congresso deveria legislar sobre o assunto, e não o Supremo Tribunal Federal. Após receber ações que apontam a omissão do Congresso nessa questão, o Supremo já anunciou que tomará uma decisão sobre a regulamentação do aviso prévio proporcional.

Paim critica Congresso por omissão e morosidade

O anúncio de que o Supremo Tribunal Federal (STF) vai regulamentar o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço expressa a omissão do Congresso Nacional. A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, senador Paulo Paim, em debate sobre o tema.

Na avaliação do senador, a morosidade do Parlamento abre

espaço para que o Judiciário – ou o Executivo, por meio de medidas provisórias – decida a respeito de temas importantes para a sociedade.

– Ninguém é obrigado a aprovar. O pior é não votar. Quando o Congresso não decide, o Supremo decide – observou Paim ao lembrar que, além de projeto regulamentando o aviso proporcional, também tramita no Congresso, sem decisão, há

20 anos, outro projeto de sua autoria que regulamenta o direito de greve.

A decisão do STF de tratar do aviso prévio proporcional, ressaltou Paim, foi tomada pelos ministros ao analisar pedido de funcionários demitidos da Vale para que aquele tribunal declarasse a omissão do Congresso e estabelecesse as regras a serem observadas pelas empresas enquanto lei não for aprovada.

Sindicalistas não veem motivos para temores

Ao defender a regulamentação do aviso prévio proporcional, o representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Paulo Vinícius da Silva, argumentou que demissões enfraquecem a economia. Para ele, as medidas adotadas nos Estados Unidos e na Europa em razão da crise econômica não são necessárias no Brasil. Nesses países, observou, o salário médio dos trabalhadores é mais alto do que o dos brasileiros e, além disso, já têm garantia de estabilidade com o aviso prévio proporcional.

O temor de que o aviso prévio

proporcional possa estimular o desemprego e crises sociais foi afastado pelo secretário da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Moacyr Roberto Tesch. Ele observou que outros benefícios introduzidos pela Constituição de 1988, como adicional de um terço do salário na concessão das férias e cinco dias de licença paternidade, também levantaram inquietações. Porém, ressaltou, com o tempo, as preocupações não se confirmaram.

Tesch destacou ainda que o empregado que está há mais de 15 anos na mesma empresa tem dificuldade de conseguir recolocar

no mercado de trabalho quando demitido. A demissão nesses casos, observou, destrutura a vida do trabalhador e de sua família.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), Lourenço Ferreiro do Prado, disse esperar que o Supremo delibere sobre a matéria com rapidez para oferecer um aviso prévio mais justo aos trabalhadores. Ele observou que o processo legislativo no Congresso tem um ritmo diferenciado e, para ele, a decisão do STF não impede que o Parlamento aprove o projeto que trata do tema.

Projeto define faixas para inibir demissões

A Constituição de 1988 prevê aviso prévio de acordo com o tempo de serviço, mas fixa apenas o período mínimo de 30 dias. Para definir os períodos de aviso prévio de acordo com o tempo de serviço do trabalhador, Paulo Paim apresentou o PLS 112/09, mas a proposta, passados dois anos, ainda aguarda designação do relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pela proposta, se o empregado com menos de um ano de contrato for demitido, terá direito a 30 dias de aviso prévio, período em que trabalhará com redução de duas horas diárias, sem redução do salário. Se o tempo de serviço for entre um e cinco anos, o aviso será de 60 dias; entre cinco e dez anos, 90 dias; e entre dez e 15 anos, 120 dias. Acima de 15 anos, o trabalhador terá direito a 180 dias de aviso prévio. A medida, disse Paim, visa inibir demissões.

De olho na qualidade do combustível

Segundo levantamento do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), em junho de 2011 o Brasil tinha exatamente 67.545.237 veículos registrados. Desses, considerando carros, motos, caminhões e outros tipos de automotores, 35 milhões se somaram à frota em circulação nos últimos dez anos, ou seja, a frota mais que duplicou desde 2001. Esse cres-

cimento traz à pauta vários temas de interesse da sociedade, entre eles a produção, a distribuição e o consumo de combustíveis, com repercussões ambientais e econômicas diversas. O *Especial Cidadania* desta semana mostra como esses assuntos estão sendo tratados pelo Senado e dá dicas para os consumidores de como fiscalizar o preço e a qualidade do combustível.

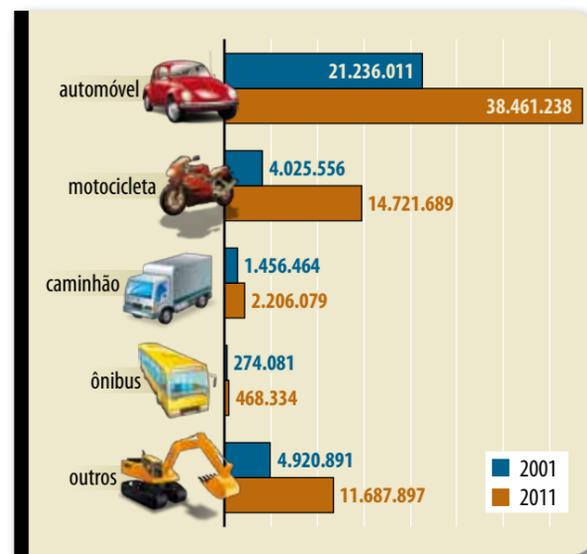
Ano Vinte/Senado Federal



Na bomba de combustível, é preciso atenção ao preço, à qualidade e ao fornecedor

Crescimento vertiginoso

Frota de veículos no país mais que duplicou nos últimos dez anos. Motocicletas registraram o maior salto



Fontes: Ministério das Cidades, Denatran, Renavam

ANP dá dicas e conselhos para proteger seus direitos

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) divulgou, no início do mês, uma série de dicas para orientar o consumidor na hora de abastecer.

O preço dos combustíveis não é tabelado. Uma das primeiras dicas ao consumidor é checar se o preço no painel à entrada do posto – obrigatório por lei, de fácil visualização a distância, tanto de dia quanto à noite – é o mesmo na bomba. A ANP recomenda que, antes de ir ao posto, o consumidor consulte sua pesquisa semanal de preços, no site www.anp.gov.br.

A bomba deve ter indicação destacada do combustível vendido, deixando também claro se é comum ou aditivado. O posto deve informar a origem de seus produtos. Aqueles sem distribuidora exclusiva (bandeira branca) têm que informar, em cada bomba, qual foi a distribuidora que forneceu o combustível.

Além disso, os postos também estão obrigados a pô-

em quadro de aviso facilmente visível o nome e a razão social do revendedor varejista e o telefone 0800 970 0267 do Centro de Relações com o Consumidor (CRC) da ANP (a ligação é gratuita). Para registrar uma queixa pelo CRC, é importante fornecer o maior número de informações possível e, por isso, a ANP recomenda que o consumidor sempre exija e guarde a nota fiscal do combustível adquirido.

Toda bomba deve ter o selo do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). Caso o consumidor desconfie que a quantidade de combustível que pagou é diferente da que foi posta no tanque, pode pedir ao posto que faça o chamado teste de vazão, que o posto não pode se negar a realizar. No teste, o representante do posto deve utilizar medida-padrão de 20 litros certificada pelo Inmetro. A diferença máxima permitida é de 0,5% (100 ml para mais ou para menos).

Controle de qualidade

A ANP oferece uma seção em seu site intitulada Qualidade dos Combustíveis. Veja as principais dicas:

Gasolina comum e aditivada

O excesso de etanol anidro (acima da porcentagem determinada por lei, entre 18% e 25%) e a adição de solventes são as principais irregularidades encontradas na gasolina. Se o consumidor suspeitar da qualidade de uma gasolina, pode e deve pedir no posto que realizem na hora o "teste da proveta", que mede a porcentagem de etanol misturado à gasolina.

Etanol hidratado

Uma adulteração muito comum é vender, no lugar do etanol hidratado (aquele que é combustível), uma mistura de etanol anidro (aquele que é misturado à gasolina, que tem cor laranja) com água. É o chamado "álcool molhado". Verifique se o etanol hidratado está límpido, isento de impurezas e sem coloração alaranjada. A cor alaranjada pode ser sinal de irregularidade. Confira também se é o etanol adequado para motores: seu teor alcoólico deve estar entre 95,1% e 96,6% em volume (92,5% e 93,8% em massa). Ou entre 97,1% e 98,6% em volume (95,5% e 97,7% em massa), no caso do produto "premium". Se duvidar, solicite o teste de verificação do teor alcoólico.

Política de preços e regulação do mercado serão debatidas na CMA

A política de preços de combustíveis e a conjuntura do mercado internacional de petróleo serão debatidas pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Legislação Participativa (CMA). A realização da audiência pública, proposta pelo presidente do colegiado, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), já foi aprovada e aguarda definição de data.

Em recente audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), foi discutida a regulação do mercado de etanol e os altos preços desse combustível. De acordo com a MP 532/11, edi-

tada no final de abril, as atividades de regulamentação e fiscalização do setor são agora responsabilidade da ANP. Para que isso fosse possível, a medida provisória passou a classificar o etanol como combustível, e não mais como produto agrícola. A MP tramita na Câmara dos Deputados e ainda não foi analisada pelo Senado.

Na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) será examinado, em caráter terminativo, o projeto (PLS 252/11) de Acir Gurgacz (PDT-RO) que cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis (Promicro).

Obrigação de divulgar preços pela internet

Os postos de gasolina poderão ser obrigados a informar o preço de todos os tipos de combustíveis que comercializam na página eletrônica da ANP. É o que propõe o senador Ivo Cassol (PP-RO) em projeto (PLS 353/11) atualmente em análise na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

De acordo com a proposta, cada estabelecimento revendedor varejista deverá informar, por meio do site da ANP, o preço dos combustíveis atualizado. O estabelecimento que descumprir a determinação será multado em valor entre R\$ 5 mil e R\$ 50 mil.

Outro projeto relativo à comercialização de combustíveis é o PLS 51/11, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que permite a aplicação, na região Norte, de percentual de álcool etílico anidro combustível à gasolina inferior ao aplicado no restante do país. Por dificuldades de logística, o álcool produzido no Nordeste e no Sudeste chega muito caro ao Norte, justifica o senador. Além disso, Mozarildo considera necessário adequar o percentual da região Norte ao da Venezuela, que aplica percentuais mínimos inferiores aos exigidos no Brasil, já que estados como Roraima podem importar o combustível do país vizinho. O projeto está na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde receberá decisão final.

Saiba mais

Centro de Relações com o Consumidor da ANP

0800 970 0267 ou
www.anp.gov.br/faleconosco

Teste da proveta para qualidade da gasolina

www.anp.gov.br/duvidasfrequentes, no link "Qualidade dos Combustíveis"

Pesquisa semanal de preços da ANP

www.anp.gov.br/precos ou pelo celular (www.anp.gov.br/mpreco)

CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM
WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL